A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR ATOS DOS SEUS AGENTES POLICIAIS. ¹

Rosângela Prates do Nascimento²

Leslie Ramos Nogueira de Medeiros³

Prof. Evandro Silva Barros⁴

Prof. José Manfroi⁵

¹Trabalho de conclusão do curso de pós-graduação *lato sensu* à distância em Direito Civil e Processual Civil pelo convênio UCDB/ CPC Marcato.SP.

²Bacharel em Direito pela Universidade Paulista –UNIP. Servidor Público Municipal. Pós-graduanda em Direito Civil e Processual Civil pela UCDB/ CPC Marcato (*lato sensu*). E-mail: rosangelaprates@ig.com.br

³Bacharel em Direito pela Faculdade Integrada de Guarulhos-SP. Servidor Público Federal. Pós-graduanda em Direito Civil e Processual Civil pela UCDB/ CPC Marcato (*lato sensu*). E-mail : LRMEDEIR@jfsp.jus.br

⁴Advogado. Graduado em Direito pela Universidade Católica Dom Bosco, UCDB, Campo Grande-MS, Brasil. Pós-Graduado "*Lato Sensu*" em Direito Constitucional pela Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal, UNIDERP, Campo Grande-MS, Brasil. Mestre em Direito - Empreendimentos Econômicos, Desenvolvimento e Mudança Social, Universidade de Marília, UNIMAR, Marília-SP, Brasil. Professor das disciplinas de Direito Civil e Direito Econômico do Curso de Direito da Universidade Católica Dom Bosco, UCDB, Campo Grande-MS, Brasil. Professor das disciplinas de Direito Civil - Direito das Coisas da Pós-Graduação "*Lato Sensu*" em Direito Civil e Processo Civil da Universidade Católica Dom Bosco, UCDB, Campo Grande-MS, Brasil. Supervisor do Núcleo de Pesquisa e Monografia Jurídica do Curso de Direito da Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande-MS, Brasil. E-mail: evandrobarros@ucdb.br

⁵Graduação em Filosofia (FUCMT/MS); Mestrado em Educação (UFMS); Doutorado em Educação (UNESP/Marília/SP). Sou professor na graduação desde 1991 e na pós- graduação desde 1998. Na graduação ministro aulas nas disciplinas de Metodologia Científica, Filosofia e Sociologia e na pós-graduação nas disciplinas de Métodos e Técnicas de Pesquisa, Metodologia do Ensino Superior e Paradigmas do Conhecimento. Oriente trabalhos de conclusão de curso na graduação e pós-graduação. Em co-autoria, publiquei em 2006, livro de "Metodologia da Pesquisa e Trabalho Científico" e apostila de "Metodologia da Pesquisa Jurídica". jmanfroi@terra.com.br

RESUMO

Com intuito de trazer a baila um tema freqüente nas discussões dos cidadãos da sociedade atual, este trabalho tem, em princípio, o objetivo de desmembrar a problemática da atividade policial nos dias atuais. Vislumbra-se uma inversão de papéis, pois os policiais já não são vistos como defensores da população. Nesse passo, invocaremos a responsabilidade Estatal no tocante à seleção e ao preparo dos seus agentes policiais. As fontes de nossa pesquisa são basicamente as obras listadas nas referências. Contudo, é oportuno dizer que em vários momentos não encontramos respostas às indagações que o tema propõe. Assim, o presente trabalho, de acordo com as hipóteses indicadas, buscará apontar soluções através da aplicação da lei e dos princípios básicos do direito.

PALAVRAS-CHAVE: 1. Atividade policial. 2. Estrito cumprimento do dever legal. 3. O excesso punível. 4. Responsabilidade civil do Estado. 5. Indenização/reparação de danos.

INTRODUÇÃO

A preservação da ordem pública é função das forças policiais, que devem assegurar o exercício dos direitos outorgados ao cidadão.

No exercício de suas atribuições, os órgãos policiais encontram-se autorizados a empregarem a força necessária para o restabelecimento da paz e da tranqüilidade pública limitando os direitos individuais que contrariem a ordem estabelecida.

Forma-se dessa maneira um círculo vicioso, de extrema periculosidade: o cidadão quer segurança e exige eficiência dos órgãos policiais, dando, em contrapartida, o seu respaldo, pela omissão, a atos arbitrários que venham a ser por estes praticados na sua “luta contra o crime”. Os policiais, sem melhores condições de trabalho e pressionados pela opinião pública, buscam soluções por meio de métodos irregulares, cientes de que os excessos cometidos serão “tacitamente perdoados” pelo cidadão e pelas autoridades.

Porém, em virtude dos acontecimentos recentes envolvendo policiais em casos de abuso de poder, despreparo, corrupção, o tema torna-se propício para novo enfoque e aplicação da legislação em vigor no que tange a responsabilidade do Estado por atos desses seus agentes.

Assim, em uma sociedade democrática, cresce em importância a discussão sobre o equilíbrio a estabelecer-se entre o direito a segurança do cidadão e atuação dos policiais dentro da lei, principalmente devido aos acontecimentos recentes que abundam nos jornais e publicações, tornando-se oportuno o estudo através do método dedutivo baseado na pesquisa doutrinária pátria.

1 RESPONSABILIDADE CIVIL

A palavra “responsabilidade” origina-se do latim *respondere*, que encerra a idéia de segurança ou garantia da restituição ou compensação do bem sacrificado. Encerra, assim o significado de recomposição, de obrigação de restituir ou ressarcir. Pode a responsabilidade originar-se de violação a uma norma penal ou a uma regra de natureza civil. Enquanto a responsabilidade penal é pessoal, vale dizer, o agente pode responder com a privação de sua liberdade, a responsabilidade civil é patrimonial e, dessa forma, é o patrimônio do devedor que responde por suas obrigações.⁶

A responsabilidade civil é matéria jurídica antiga, tendo sido prevista no Código do Imperador Hamurabi da Babilônia, em sua *máxima* “*olho por olho, dente por dente*”. Aquele que sofria um dano tinha direito a repará-lo mediante a provocação de um dano semelhante ao seu responsável. O direito romano, posteriormente, através da *Lex Poetelia Papiria*, proibiu as penas corporais em sede de responsabilidade civil, instituindo que apenas o patrimônio do agente deveria responder pelo dano por ele causado.

Foi lenta a evolução da teoria da responsabilidade do Estado, tendo tardado muito a permissão para o indivíduo proceder contra o Estado de forma semelhante a que se acionava um particular.

Sendo assim, a consagração da responsabilidade civil do Estado constitui-se em imprescindível mecanismo de defesa do indivíduo face ao Poder Público. Mediante a possibilidade de responsabilização, o cidadão tem assegurada a certeza de que todo dano a direito seu ocasionado pela ação de qualquer funcionário público no desempenho

⁶ GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro**, Saraiva, 2006, p. 454

de suas atividades será prontamente ressarcido pelo Estado. Funda-se nos pilares da equidade e da igualdade, como salientou, em douradas palavras, Pontes de Miranda:

Estado - portanto, qualquer entidade estatal - é responsável pelos fatos ilícitos absolutos, como o são as pessoas físicas e jurídicas. O princípio de igualdade perante a lei há de ser respeitado pelos legisladores, porque, para se abrir exceção à incidência de alguma regra jurídica sobre responsabilidade extranegocial, é preciso que, diante dos elementos fáticos e das circunstâncias, haja razão para o desigual tratamento.⁷

No dizer de Celso Antonio Bandeira de Mello: “em face dos princípios publicísticos não é necessária a identificação de uma culpa individual para deflagrar-se a responsabilidade do Estado. Esta noção civilista é ultrapassada pela idéia denominada de *faute du service* entre os franceses. Ocorre a culpa do serviço ou “falta de serviço”, quando este não funciona, devendo funcionar, funciona mal ou funciona atrasado. Esta é a tríplice modalidade pela qual se apresenta e nela se traduz um elo entre a responsabilidade tradicional do direito civil e a responsabilidade objetiva”⁸

A amplitude do tema ora em pauta não nos permite tecer maiores considerações acerca da evolução do instituto da responsabilidade civil. Desta forma, vamos nos ater ao tema proposto.

2 DA RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO ESTADO

O princípio da responsabilidade civil do Estado há muito se consagrou em nosso ordenamento jurídico. Já o Art. 15 do Código Civil, em 1916, tornou explícita essa responsabilidade. Seguiram-se as Constituições de 1934, 1946, 1969 e 1988. Todavia, conforme preleciona Yussef Said Cahali, apenas com a Constituição Federal de 1946 que,

⁷ MIRANDA, Pontes de. **Tratado de direito privado**. 2 ed..Rio de Janeiro:Editor Borsoi,1966,Tomo LIII

⁸ BANDEIRA DE MELLO, Celso Antonio. **Ato administrativo e direitos dos administrados**, Ed. RT, S. Paulo, 1981, p. 133, n. 28

pelo disposto em seu Art. 194, deu-se a adoção expressa da responsabilidade objetiva do Estado.

A responsabilidade objetiva, *a priori*, baseia-se na ocorrência do nexo de causalidade material, verificando-se a relação de causalidade entre a atividade do agente público, como causa, e o dano causado ao administrado, como consequência. Entretanto, apercebendo-se dos efeitos danosos que poderiam advir de tal interpretação tão ampla, os doutrinadores passaram a formular diversas teorias tendentes a fundamentar o sistema da responsabilidade objetiva adotado pelo direito brasileiro.

Sendo a Polícia Militar um dos órgãos componentes do aparato da segurança pública prestada pelo Estado, sempre que um de seus policiais, nessa qualidade, vier a causar danos a terceiros, responderá o Poder Público por estes danos, independentemente de culpa, podendo, contudo, ressarcir-se dos prejuízos sofridos com a referida indenização, por meio de ação regressiva, contra o agente policial causador do dano, em caso de dolo ou culpa deste último.

Esta regra da responsabilidade objetiva do Estado está prevista na Constituição da República Federativa do Brasil, em seu Art. 37, § 6º.

Entretanto, existem determinadas situações em que o Estado, apesar de responder objetivamente pelos danos causados por seus agentes, não será obrigado a indenizar a vítima. Essas situações ocorrem quando presentes o caso fortuito, a força maior ou a culpa exclusiva da vítima, causas excludentes da responsabilidade estatal.

Na medida em que os índices de criminalidade aementam a cada dia no país, com o surgimento de facções criminosas organizadas, aumentando, conseqüentemente, em virtude da necessidade de repressão a tais organizações, os danos causados por policiais a terceiros são muitos, por vezes amparados por causas excludentes, como a legítima defesa e o estrito cumprimento do dever legal.

Diógenes Gasparini conceitua a responsabilidade civil do Estado como: “a obrigação que se lhe atribui de recompor os danos causados a terceiros em razão de comportamento unilateral comissivo ou omissivo, legítimo ou ilegítimo, material ou jurídico, que lhe seja imputável.”⁹

O Estado tem o dever de indenizar o dano decorrente de ação lícita ou ilícita, seja por conduta dolosa ou culposa de seus agentes, ou mesmo onde se revele falha da máquina administrativa ou do serviço público, gerando dano injusto ao particular que tem seu direito subjetivo lesado.

Por outro lado, imprescindível o nexo de causalidade material a jungir a ação ou omissão do agente público ao conseqüente evento danoso. No que se refere à relação de causalidade despontam na doutrina diversas teorias dentre as quais, no dizer de Yussef Said Cahali:

O STF, examinando a causa geradora da responsabilidade civil do Estado, manifestou-se no sentido de que a teoria adotada quanto ao nexo de causalidade é a teoria do dano direto e imediato, também denominada teoria da interrupção do nexo causal. Em julgado da lavra daquele E. Tribunal decidiu que: *A responsabilidade do Estado, embora objetiva, não dispensa, obviamente, requisito, também objetivo, do nexo de causalidade entre a ação ou omissão atribuída a seus agentes e o dano causado a terceiros.*¹⁰

⁹ GASPARINI, Diógenes. **Direito administrativo**, 8ª.Ed. rev.e atual. São Paulo: Saraiva, 2003. p. 838

¹⁰ CAHALI, Yussef Said. **Responsabilidade civil do estado**, RT, 2007, p. 75/76. STF, 1ª Turma, 12.05.1992, RTJ 143/270 e RT 688/230.

3 A ATIVIDADE POLICIAL

A Constituição da República Federativa do Brasil preceitua que a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio (CF 1988, art. 144).

Estabelece ainda a Carta Magna, os órgãos componentes do aparato da segurança pública. São eles: polícia federal, polícia rodoviária federal, polícia ferroviária federal, polícias civis, polícias militares e corpos de bombeiros militares.

No âmbito estadual, a função de polícia judiciária é exercida pela Polícia Civil; já a função de polícia ostensiva, bem como a preservação da ordem pública é realizada pela Polícia Militar.

Ocorre que, os órgãos policiais, no exercício de sua atividade respectiva, poderão vir a causar danos a outras pessoas, como muitas vezes ocorre, havendo ou não culpa de seus agentes.

Para esses casos, a Constituição da República prevê, como já estudado, a responsabilidade civil objetiva do Estado em seu Art. 37, § 6º: “as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.”

Por outro lado, tem a Administração Pública o direito de propor ação regressiva contra o causador direto do dano, caso se comprove a culpa ou dolo do seu agente no evento danoso.

O policial militar, como agente do Estado e responsável pela polícia preventiva e repressiva, tem o dever de zelar pela ordem e sossego públicos e pela incolumidade física das pessoas.

Assim, no exercício desse mister, lhe são concedidas algumas franquias, como o uso de armas de fogo, algemas, e outros instrumentos sem os quais não poderá bem cumprir o seu múnus e combater a criminalidade.

Todavia, não é o policial militar detentor de salvo conduto que lhe permita tudo, nem lhe foi concedido direito à indenidade. O exercício regular desse direito não passa pelo abuso, nem se inspira no excesso ou desvio do poder conferido.

Nas palavras de Rui Stoco:

Essa questão relativa ao limite do exercício do direito, além do qual poderá ser abusivo, quer dizer, a linha divisória entre o poder concedido e o poder excedido, constitui a essência da teoria do abuso de direito.

[...] Assim, se um policial, quando em serviço, usando arma da Corporação se excede nas funções que lhe foram cometidas e faz uso dela, responde o Estado pelos prejuízos que deste ato advenham¹¹.

Para esses casos de abusos cometidos por agentes policiais, aplica-se a regra geral do § 6º, do Art. 37, da Constituição da República, respondendo o Estado pelo ato do policial, cabendo ainda, se o ato foi abusivo ou praticado com excesso de poder, o ressarcimento por parte do policial à Administração Pública.

Em caso concreto, já decidiu o Egrégio Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - MORTE DE PAI DE FAMÍLIA PRESO E AGREDIDO POR POLICIAIS MILITARES - DANOS MORAIS DEVIDOS - RESSALVA DO ARBITRAMENTO DOS PREJUÍZOS EM SALÁRIOS MÍNIMOS - FIXAÇÃO EM PECÚNIA - INDENIZAÇÃO DEVIDA DIANTE DAS PARTICULARIDADES DO CASO CONCRETO. 1 O ente estatal deve ser responsabilizado pelo ocorrido haja vista a caracterização da culpa dos policiais que, exacerbando os limites de suas atribuições, agiram de forma imprudente, sem tomar as cautelas devidas à condução de seu ofício, em total desrespeito à dignidade do cidadão comum.

¹¹STOCO, Rui. **Responsabilidade civil e sua interpretação jurisprudencial: doutrina e jurisprudência**. 4.ed. rev. atual. e ampl. 2. tir. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999. p. 583.

Sofreu, assim, a vítima injusta agressão física, a qual resultou-lhe a morte, diante da conduta perpetrada pelos policiais, tendo violado o seu dever de manutenção da ordem e de segurança da sociedade. Houve, indubitavelmente, gritante ofensa à dignidade pessoal da família da vítima, razão pela qual faz jus ao pleito indenizatório[...].¹²

No mesmo sentido, decisão do Areópago Paranaense:

Responsabilidade civil do Estado – Disparos de armas de fogo contra a multidão – Policiais – Morte de popular – Ação de indenização procedente. Desde que o ato praticado pelo agente da administração pública tenha acarretado lesão a direito, deve o Estado responder pelo ressarcimento, independentemente da pesquisa de culpa do agente direto¹³

Nesse diapasão, o Estado tem de indenizar a vítima de danos causados por policiais no exercício da função, não podendo alegar que o ato cometido pelo agente é crime, para eximir-se de sua responsabilidade extracontratual.

O abuso mais confirma sua obrigação de responder, visto que é responsabilidade exclusiva da Administração a arregimentação de pessoas para o efetivo policial.

Como afirma Yussef Said Cahali, citado por Rui Stoco:

Dispondo o Estado de verbas expressivas extraídas da arrecadação tributária, aos organismos policiais cometidos da função de segurança pessoal e coletiva, impõe-se-lhe, à sua conta e risco, o correto recrutamento daqueles que, para o seu desempenho, recebem uma farda representativa e uma arma de fogo. Daí reconhecer-se-á a responsabilidade civil do Estado

¹² **SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça.** Apelação Cível nº 2003.025490-0. Rel. Des. Nicanor da Silveira. Florianópolis, 09 de dezembro de 2004.

¹³ **PARANÁ. Tribunal de Justiça.** Apelação Cível nº 517168. Rel. Marino Braga. Curitiba, 16 de maio de 1978. STOCO, Rui. **Responsabilidade civil e sua interpretação jurisprudencial: doutrina e jurisprudência.** 4.ed. rev. atual. e ampl. 2.tir. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999. p. 584.

mesmo naqueles casos de manuseio disparatado da arma, causador de danos à integridade física dos particulares.¹⁴

Assim, no caso, por exemplo, de um tiroteio entre policiais e bandidos, vindo uma pessoa inocente que não participava do confronto a ser atingida por um disparo efetuado pelo policial, responderá o Estado pelo dano causado, devendo indenizar a vítima, devido à regra da responsabilidade objetiva. Todavia, não haverá direito de regresso em face dos policiais, que com sua conduta legítima, não incorreram em dolo ou culpa.

Assim, ao policial civil ou militar, como agente da Administração Pública e responsável pela polícia preventiva e repressiva, cabe zelar pela ordem e sossego públicos e pela incolumidade física dos cidadãos.

No exercício de seus deveres lhe são concedidas algumas franquias, como o uso de armas de fogo, algemas e outros apetrechos sem os quais não poderá bem combater a criminalidade, o que é sua incumbência.

Todavia, o exercício regular desse direito não autoriza o abuso, tampouco o excesso ou desvio do poder conferido.

Assim, se um policial, quando em serviço, usando arma da Corporação se excede nas funções que lhe foram cometidas e faz uso dela, responde o Estado pelos prejuízos que deste ato advenham.

Aplica-se, na hipótese, a regra geral contida no Art. 37, § 6º, da Constituição Federal.

A responsabilidade é objetiva, posto que as pessoas jurídicas ali definidas respondem pelos atos de seus prepostos.

¹⁴ CAHALI, Yussef Said *apud* STOCO, Rui. **Responsabilidade civil do Estado e sua interpretação jurisprudencial: doutrina e jurisprudência**. 4.ed. rev. atual. e ampl. 2.tir. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999. p. 583.

No douto magistério de Yussef Said Cahali, a condição de “agente da autoridade pública” do policial quando da prática do ato danoso apresenta características especiosas, diversas da situação dos funcionários públicos em geral:

O policial identifica-se e impõe-se perante o particular pela farda que ostenta, confia-lhe o Estado o porte de arma de fogo para o seguro desempenho de suas funções, e mesmo nos seus dias de folga está sempre à disposição de seus superiores ou da população, para atender a certas emergências. Esses três aspectos são considerados pela jurisprudência para identificar eventual responsabilidade civil do Estado por danos por ele causados, no pressuposto da prática do ato como tendo sido “em serviço”.¹⁵

Se o ato foi abusivo ou praticado com excesso de poder, identifica-se aí a culpabilidade do agente público e, então, haverá em favor do Estado o direito de regresso. Porém, cabe alegar que o fato de o preposto ter cometido ato ilícito e caracterizado, por exemplo, como conduta criminalmente tipificada, constitui causa excludente da responsabilidade estatal.

O abuso mais confirma sua obrigação de responder, posto que é sua responsabilidade exclusiva a arregimentação de pessoas para o efetivo policial.

“O policial não é um servidor qualquer. Dele se exige atributos especiais. Há de ser destemido, há de mostrar-se intemorato e forte apenas no combate ao crime e aos criminosos. Não basta que seja honesto e escoreito. Há, ademais, de “parecer” honesto.”¹⁶

¹⁵CAHALI, Yussef Said. **Responsabilidade civil do estado**, 3 ed. rev. e atual., São Paulo, Revista dos Tribunais, 2007, p. 419.

¹⁶ STOCO Rui. **Responsabilidade civil e sua interpretação jurisprudencial**, 4 ed. RT, 1999, p.583.

4 LEGÍTIMA DEFESA E ESTRITO CUMPRIMENTO DO DEVER LEGAL.

A legítima defesa constitui justificativa para a conduta, e é regulada pelo Art. 25, do Código Penal: "Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem." São requisitos para a existência da legítima defesa:

- a) a reação a uma agressão atual ou iminente e injusta;
- b) a defesa de um direito próprio ou alheio;
- c) a moderação nos meios necessários à repulsa; e
- d) o elemento subjetivo.

Os atos praticados em legítima defesa só obrigam a reparação em relação a terceiro, e não participante do ato que motiva a repulsa legalmente autorizada. Essa condição de terceiro não pode ser reconhecida à vítima, que tinha liderança do grupo de agressores. No uso dos meios necessários para defender-se, deve o agente utilizá-los moderadamente.

Entende-se por meios necessários os que causam o menor dano indispensável à defesa do direito, já que, em princípio, a necessidade se determina com a força real da agressão. Todavia, como ressalta Júlio Fabbrini Mirabete, meio necessário é aquele de que o agente dispõe no momento em que rechaça a agressão, podendo ser até mesmo desproporcional com o utilizado no ataque, desde que seja o único à sua disposição no momento. Assim, caso um policial militar, na execução do policiamento ostensivo, venha a ser atacado por um assaltante armado de faca, e para defender-se faz uso de pistola e atira contra o agressor, configurada estará a excludente da legítima defesa.

Entretanto, se por engano ou erro de pontaria o policial vem a atingir uma terceira pessoa que não participara do evento, tem esta direito à reparação. Mas poderá ser ajuizada ação regressiva contra o causador da agressão inicial. É o chamado erro de execução ou *aberratio ictus*. Nesse caso, mesmo que o policial tenha agido em legítima defesa, o Estado deve indenizar a vítima, haja vista não ter havido culpa desta para a ocorrência do ato danoso. Haverá a responsabilidade civil do Estado para com a vítima, conforme a regra geral do Art. 37, § 6º, da CRFB, ainda que o policial militar tenha sido absolvido no juízo criminal.

Mas, não poderá a Administração Pública propor ação regressiva em face do policial, já que sua ação foi legítima.

Nas causas legais de exclusão da antijuridicidade, é necessário que o agente não exceda os limites traçados pela lei. Na legítima defesa, não deve o agente ir além da utilização do meio necessário para rechaçar a agressão. Exemplo: o policial militar, agindo em legítima defesa, fere gravemente seu agressor e o derruba; mas, após estar este deitado não apresentando mais perigo, excede-se e ainda o fere levemente. Não haverá crime pela lesão corporal grave praticada em legítima defesa, mas o agente será responsabilizado pelo seu excesso, ou seja, a lesão leve posterior à defesa.

No estrito cumprimento de dever legal, é indispensável que o agente atue de acordo com o ordenamento jurídico. Se desnecessariamente causa dano maior que o permitido, não ficam preenchidos os requisitos desta discriminante. Em decisões anotadas por Celso Delmanto, encontra-se o ensinamento: "Se o agente excede os limites de seu dever, há excesso ilícito de poder. Impõe-se que a ação fique limitada ao estrito cumprimento do dever legal"¹⁷. O excesso pode ser doloso ou culposo. No excesso doloso o agente quer um resultado deliberadamente além do necessário. Responderá pelo excesso, como crime doloso.

Como ensina Julio Fabbrini Mirabete: O excesso pode ser doloso, hipótese em que o sujeito, após iniciar sua conduta conforme o direito extrapola seus limites na conduta, querendo um resultado antijurídico desnecessário ou não autorizado legalmente. Excluída a discriminante quanto a esse resultado, responderá o agente por crime doloso pelo evento causado no excesso. Assim, aquele que, podendo apenas ferir,

¹⁷ TACrSP, RT 587/340 TJSP, RT 572/299, 486/277; TJSC, RT 561/405

mata a vítima, responderá por homicídio; o que podia evitar a agressão através de vias de fato e causou lesão responderá por esta etc.¹⁸

Portanto, mesmo presentes a legítima defesa ou o estrito cumprimento de dever legal, havendo excesso doloso ou culposo por parte do policial num ato ilícito, haverá responsabilização do Estado pelo ato danoso, mas tão-somente no que corresponde ao excesso cometido.

5 REPARAÇÃO DE DANOS E INDENIZAÇÃO DO ESTADO

O Código Civil prevê a indenização no caso de homicídio em seu Art. 948, *in verbis*:

Art. 948. No caso de homicídio, a indenização consiste, sem excluir outras reparações:

I - no pagamento das despesas com o tratamento da vítima, seu funeral e o luto da família;

II - na prestação de alimentos às pessoas a quem o morto os devia, levando-se em conta a duração provável da vida da vítima.

Como se observa no dispositivo, a expressão "sem excluir outras reparações" estabelece que a enumeração das verbas previstas nos incisos I e II não é exaustiva, partindo-se da idéia de que a indenização por homicídio deve ser a mais completa possível.

Responsabilidade civil do Estado – Objetiva – Morte de menor, por disparo de arma de fogo deflagrada por policial militar – Ressarcimento do dano moral à mãe da vítima – Configurados, igualmente, os requisitos do pensionamento, à genitora, a título de ressarcimento por dano material, assim como pelas despesas com funerais e luto, a serem apurados em liquidação de sentença, por artigos – Possibilidade ainda, em caso de homicídio, de cumulação do ressarcimento por danos materiais e morais, por terem ambos

¹⁸MIRABETE, Júlio Fabrini. **Manual de direito penal**. 22.ed. São Paulo: Atlas, 2005. p. 182

fundamentos legais distintos – Precedentes jurisprudenciais a respeito – Juros compostos indevidos, no caso, eic que a demanda não foi intentada diretamente contra o autor do delito – Ação parcialmente procedente – Indenização de natureza alimentar, que deve ser paga de uma só vez – Sentença parcialmente mantida – Recursos de ofício e voluntários das partes parcialmente providos.¹⁹

Como se observa no julgado acima cabe ao Estado indenizar as vítimas de policiais que atuem com total despreparo. A questão que se apresenta é: a indenização é justa? A resposta é negativa, pois é claro que uma vida não tem preço, mas mesmo assim o Estado insiste em não valorizá-la nem ao menos para diminuir o sofrimento dos familiares que se vêem sem o ente querido.

Nem os casos mais divulgados na mídia, como a morte de crianças, idosos tem relevância na hora de valorar a indenização, quando essa é julgado procedente, gerando assim uma grande sensação de impunidade e desrespeito por parte daqueles a quem foi incumbido a ordem e segurança pública.

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO – FALECIMENTO DE MENOR ATINGIDO POR DISPARO DE ARMA DE POLICIAL MILITAR – RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO – INDENIZAÇÃO – INÉPCIA DA INICIAL AFASTADA – CUMULAÇÃO DE DANOS MATERIAIS COM DANOS MORAIS – SÚMULA 37/STJ. 1. Afasta-se a alegada ofensa aos Arts. 267, IV e 295, I e II do CPC, porque facilmente evidenciada a causa de pedir e porque possível a cumulação de pedido de danos morais com danos materiais a teor da Súmula 37/STJ. 2. A jurisprudência do STJ sedimentou-se no sentido de fixar a indenização por perda de filho menor, com pensão integral até a data em que a vítima completaria 25 (vinte e cinco) anos e, a partir daí, a pensão será reduzida para 1/3 (um terço) do seu valor, até a idade provável da vítima, 65 (sessenta e cinco) anos. 3. Manutenção do julgado que fixou a pensão em 2/3 do salário mínimo, abatendo-se 1/3 pelas despesas que teria o menor se vivo fosse, à míngua de recurso da parte interessada. 4. Recurso provido em parte. REsp 727439 / BA; RECURSO ESPECIAL

¹⁹ SÃO PAULO. **Tribunal de Justiça**. Apelação Cível nº 71.457-5. Rel. Lourenço Abbá Filho. São Paulo, 20 de novembro de 2000.

2005/0029224-4 Relator Ministra ELIANA CALMON Órgão Julgador T2 - SEGUNDA TURMA.²⁰

CONCLUSÃO

Dúvida não paira de que este assunto trata de instituto essencial à construção do Estado Democrático de Direito, pois assegura os direitos do cidadão face a um injusto dano causado pelo poder público através de seus agentes. Sua objetivação coaduna-se com a doutrina mais moderna, que almeja facilitar o ressarcimento do lesionado pelo agir dos funcionários da Administração, mediante a dispensa da prova de culpa. Insere-se dentro do respeito que os agentes de um governo que se pretende representante da soberania popular (Art. 1º, p. único, da CRFB/88) estão obrigados a dispensar a seus cidadãos, garantia de que manter-se-ão dentro dos limites da legalidade no desempenho de suas funções, e de que, ainda nessas hipóteses, caso seja imprescindível o sacrifício de um direito particular em prol do bem comum, aquele será prontamente ressarcido, pois atentaria contra a liberdade e a igualdade entre os cidadãos que um indivíduo pudesse ser privado de uma parcela de seu patrimônio sem uma respectiva compensação.

Quanto a atuação do agente policial, o que se vislumbra é que devido a má formação, processo seletivo deficiente por parte do Estado, ausência de reciclagens, baixos salários, tem levado muitos policiais a se colocarem na posição de algozes da população.

Um caminho difícil, mas talvez solucionador dessa problemática seria a população exigir mais do Estado, através de ações coletivas que visem exigir do Estado a aplicação dos direitos que são garantidos na Constituição Federal, como uma segurança

²⁰ **Superior Tribunal De Justiça.** REsp 727439 / BA; 2005/0029224-4 Relator Ministra Eliana Calmon, Órgão Julgador T2 - Segunda Turma.

eficiente por exemplo. Aos policiais que atuam com dignidade na profissão e zelam pelas vidas, que estes exijam salários condizentes com a realidade atual da profissão.

Recentemente em um ato conjunto dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, foi lançado um "pacto republicano" para tentar resolver problemas da Justiça brasileira, tais como a lentidão, a falta de acesso pelo público e o abuso cometido por autoridades. Talvez estejam às portas as medidas tão esperadas pela população no tocante a justiça nas ruas.

Todavia a questão esta aberta, pois, não é nítida a curto prazo, solução para as questões que forma tratadas, pois muitos são os idealistas políticos que preferem não ingressar nesta tão dura seara.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CAHALI, Yussef Said *apud* STOCO, Rui. Responsabilidade civil e sua interpretação jurisprudencial: doutrina e jurisprudência. 4.ed. rev. atual. e ampl. 2.tir. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999. p. 583

CERQUEIRA FILHO, Reginaldo de Castro. Responsabilidade civil do Estado por atos de seus agentes. Jus Navigandi, Teresina, ano 7, n. 63, mar. 2003. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=3866>>. Acesso em: 30 de out. 2008.

DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro. 12. ed. aum. atual. São Paulo: Saraiva, 1998, v. 7.

DINIZ, Maria Helena. *Código Civil anotado*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1998

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 18.ed. São Paulo: Atlas, 2005.

GASPARINI, Diógenes. Direito administrativo. 8.ed.rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2003.

MIRABETE, Júlio Fabrini. Manual de direito penal. 22.ed. São Paulo: Atlas, 2005.

PARANÁ. Tribunal de Justiça. Apelação Cível nº 517168. Rel. Marino Braga. Curitiba, 16 de maio de 1978. STOCO, Rui. Responsabilidade civil e sua interpretação jurisprudencial: doutrina e jurisprudência. 4.ed. rev. atual. e ampl. 2.tir. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999. p. 584.

RODRIGUES, Silvio. *Direito civil*. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 1995

SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça. Apelação Cível nº 51986. Rel. Des. Pedro Manoel Abreu. Florianópolis, 21 de novembro de 1996. Disponível em: <http://tjsc6.tj.sc.gov.br/jurisprudencia/pesquisaavancado>. Acesso em: 30 outubro.2008.

SCHWARTZ, Diego. A responsabilidade civil do policial militar no crime de homicídio praticado em serviço . Jus Navigandi, Teresina, ano 12, n. 1632, 20 dez. 2007. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=10782>>. Acesso em 30 de outubro de 2008

STOCO, Rui. Responsabilidade civil e sua interpretação jurisprudencial: doutrina e jurisprudência. 4.ed. rev. atual. e ampl. 2.tir. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil: responsabilidade civil. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2005.